

Novos Estudos

N.º 69 JULHO DE 2004



NOVOS ESTUDOS é uma publicação quadrimestral (março, julho, novembro) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

CONSELHO EDITORIAL

Adam Przeworski (New York University), Alberto Tassinari, Alvaro Comin (USP), Antônio Flávio Pierucci (USP), Francisco de Oliveira (USP), Helena Hirata (CNRS-Paris), Ismail Xavier (USP), João de Pina Cabral (Universidade de Lisboa), José Arthur Giannotti (USP), Juarez Rubens Brandão Lopes (USP), Luiz Felipe de Alencastro (Universidade de Paris-Sorbonne), Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP), Miriam Dolnikoff (Cebrap), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Paula Montero (USP), Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV), Ricardo Ribeiro Terra (USP), Roberto Schwarz (Unicamp), Rodrigo Naves (Cebrap), Ruth Cardoso (USP), Sérgio Costa (Universidade Livre de Berlim), Vilma Arêas (Unicamp).

EDITOR

Flávio Moura

EDITOR ASSISTENTE

Alexandre Moraes

SECRETARIA E DIVULGAÇÃO

Lucimara Z. de Almeida

PRODUÇÃO GRÁFICA

Germana Monte-Mór

EDITORAÇÃO

Ielêia Alves Cury

IMPRESSÃO

Lis Gráfica

Assinatura (3 números):

Brasil: R\$ 36,00 (anual)

R\$ 67,50 (bienio)

Exterior: US\$ 70, incluindo porte aéreo

© Copyright Mundial Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Rua Morgado de Mateus, 615

CEP 04015-902 — São Paulo, Brasil

Telefone: (011) 5574-0399

Fax: 55-011-5574-5928

e-mail: novosestudos@cebrap.org.br

N.º 69 — JULHO de 2004

AOS COLABORADORES

Os artigos e resenhas enviados a NOVOS ESTUDOS são submetidos ao Conselho Editorial e a pareceristas *ad hoc*. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho a todas as afirmações feitas pelo autor.

Capa: Germana Monte-Mór

- Entrevista de Sérgio Buarque de Holanda
Apresentação de Laura de Mello e Souza 3
- A viravolta machadiana
Roberto Schwarz 15
- O falso no mais próximo — sobre a correspondência Benjamin/Adorno
Jürgen Habermas 35
- Política e nacionalismo na Espanha: os desdobramentos recentes
Omar Ribeiro Thomaz e Sebastião Nascimento 41
- Pecados e virtudes da antropologia — uma reação ao problema do nacionalismo metodológico
Martiza Peirano 49
- Direitos indígenas no Brasil
Debate com Paula Montero, Dalmo Dallari, Sérgio Leitão e Paulo de Bessa Antunes 57
- Leituras do “fanatismo religioso” no sertão brasileiro
Cristina Pompa 71
- Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo
Eduardo Barros Mariutti 89
- Mira Schendel: o presente como utopia
Rodrigo Naves 105
- A rede social da engenharia urbana em São Paulo
Eduardo Cesar Marques 119
- Democracia e valores cívicos: uma relação necessária?
André Marengo dos Santos 145
- Indivíduo e sociedade na transição para o capitalismo: o possível diálogo entre Norbert Elias e Florestan Fernandes
Marcelo Rosa 161
- CRÍTICA 175
- Erro, ilusão, loucura*, de Bento Prado Jr., por José Arthur Giannotti;
Luta por reconhecimento, de Axel Honneth, por Josué Pereira da Silva;
A viagem: da literatura à psicanálise, de Noemi Moritz Kon, por Tales Ab'Sáber;
A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil, de Adalberto Moreira Cardoso, por Caio Vasconcelos;
O nome do bispo, de Zulmira Ribeiro Tavares, por Bruno Zeni;
Filme de amor, de Júlio Bressane, por Daniel Augusto



CEBRAP

O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, especializada em pesquisas, estudos e assessoria técnica no campo das ciências sociais.

CONSELHO EXECUTIVO

Fernando Limongi (presidente), Alvaro A. Comin (diretor científico), Miriam Dolhnikoff (diretora administrativo-financeira), Elza Berquó, José Arthur Giannotti, Argelina Figueiredo e Paula Montero.

CONSELHO CONSULTIVO E DE ACESSORAMENTO

Antonio Ignácio Angarita da Silva, Beatriz Muniz de Souza, Betty Mindlin, Boris Fausto, Carmen Sylvia Junqueira, Celso Lafer, Elza Berquó, Esdras Borges Costa, Eunice Ribeiro Durham, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, José Arthur Giannotti, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Manoel Tosta Berlinck, Maurício Segall, Melanie Farkas, Oswaldo Herbster de Gusmão, Paul Israel Singer, Paulo Sandroni, Pedro Paulo Poppovic, Rubens Murillo Marques, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Waldomiro Pecht.

CONSELHO FISCAL

Lídia Goldenstein, Melanie Farkas e Mônica Baer.

Tiragem desta edição: 2.000 exemplares.

A publicação deste número contou
com o apoio do CNPq e do Itaú.

Impresso em papel Pólen 80 g,
da Cia. Suzano de Papel e Celulose.

PECADOS E VIRTUDES DA ANTROPOLOGIA

UMA REAÇÃO AO PROBLEMA DO NACIONALISMO METODOLÓGICO¹

Mariza Peirano

RESUMO

Este artigo examina os pecados cometidos pela antropologia no último século, os valores que — paradoxalmente — foram construídos a partir deles e as virtudes contemporâneas de sua abordagem, em especial aquelas relativas aos desafios suscitados pelo “nacionalismo metodológico” identificado pela sociologia. Um estudo antropológico de Stanley Tambiah sobre a violência coletiva no Sul da Ásia exemplifica o argumento, que conclui com breves reflexões sobre as ciências sociais no Brasil.

Palavras-chave: antropologia; “nacionalismo metodológico”; Stanley Tambiah; ciência social no Brasil.

SUMMARY

This article examines the sins that anthropology has perpetrated throughout the last century, the values that paradoxically have been constructed from such sins, and contemporary virtues of its approach, particularly those related to the challenges of “methodological nationalism” identified by sociology. An anthropological study by Stanley Tambiah on collective violence in South Asia exemplifies the argument, which concludes with brief reflections on Brazilian social sciences.

Keywords: anthropology; “methodological nationalism”; Stanley Tambiah; social science in Brazil.

Nos últimos anos a antropologia vem sendo acusada de muitos pecados cometidos no decorrer do seu desenvolvimento. De fato, para muitos especialistas a disciplina não existe mais — pelo menos nos Estados Unidos a antropologia parece estar condenada à extinção. Personificando a pior das disciplinas “politicamente incorretas” durante as duas últimas décadas, a antropologia vem sendo substituída por alternativas como *cultural studies*, programas de STS (*Science, Technology and Society*), *situated knowledges* etc., todas no contexto de uma pós-antropologia. Em outros lugares, contudo — Brasil e Índia, por exemplo —, a antropologia floresce. Sediada no centro, parece que ela vai bem na periferia, provendo uma abordagem positiva, crítica e construtiva. Como essa situação se relaciona com o tema do “nacionalismo metodológico” e o que a antropologia tem a dizer sobre isso são as questões que pretendo examinar aqui.

(1) Comunicação apresentada à “Conference on methodological nationalism” (London School of Economics, junho de 2002) para um público de sociólogos. Agradeço a Jim Ro-Adler as longas discussões, a Wilson Trajano os excelentes comentários e a Michael Fischer por nossas conversas sobre os vários renascimentos da antropologia.

Pecados

A idéia contemporânea de incorreção da antropologia está associada a pecados cometidos no passado, dos quais gostaria de mencionar quatro.

O primeiro pecado tem a ver com relações de poder: por um longo período a antropologia definiu-se pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do grupo pesquisado. Essa situação se dava em um contexto de dominação colonial, a antropologia “sendo o resultado de um processo histórico que tornou uma grande parte da humanidade subserviente a outra”². Essa citação de Lévi-Strauss mostra que desde os anos 1960 não havia dúvida alguma de que a relação entre a antropologia e seu objeto de estudo havia sido sempre de desigualdade e dominação. Mas essa consciência não impediu, na época, que os antropólogos continuassem suas pesquisas, como é o caso atualmente.

(2) Lévi-Strauss, Claude. “Anthropology: its achievements and its future”, *Current Anthropology*, vol. 7, nº 2, 1966, pp. 124-27.

O segundo pecado corresponde ao pesquisador no campo. Sendo poucos em número até a metade do século XX, antropólogos tornaram-se “donos” dos lugares e regiões que estudavam, delimitando áreas de pesquisa que equivaliam exatamente ao exotismo que hoje produz culpa. Foi nesse contexto que “americanistas”, “africanistas”, especialistas nas ilhas do Pacífico ou Melanésia apareceram no cenário. A combinação dessas áreas geográficas com tópicos como parentesco, religião, direito, economia tornou quase impossível que especialistas se reproduzissem em um mesmo arranjo de área + tópico. Em consequência, cada antropólogo se tornou uma instituição em si mesmo, muitas vezes inibindo pesquisas de campo em suas áreas de estudo (foi preciso várias décadas para que um antropólogo ousasse pesquisar depois de Evans-Pritchard os nueres ou depois de Malinowski os trobriandeses).

“Antropologia de resgate” foi outro pecado. Agindo como arqueólogos, juntando *debris* vivos, considerava-se uma das tarefas da antropologia resgatar e guardar, para o esclarecimento e educação de gerações futuras, as últimas culturas “primitivas” com seus artefatos, salvando-as da extinção inevitável. Dessa perspectiva, o antropólogo (ocidental) deslocava-se para áreas do mundo que estavam sendo conquistadas por hábitos ocidentais em uma missão de salvar e trazer de volta as provas de uma forma de vida social diferente (e muitas vezes *anterior*). Havia uma urgência especial nessa tarefa, já que culturas e sociedades inteiras estavam desaparecendo a olhos vistos.

Finalmente, temos o problema do financiamento. Aqui o pecado se refere à falta de princípios éticos ao aceitar dinheiro carimbado. Um bom exemplo é o apoio do Rockefeller Memorial, durante os anos 1930, para prover uma grande parte dos fundos para pesquisas e bolsas da London School of Economics. Mais tarde esse apoio foi formalizado como um programa no Instituto Internacional Africano, permitindo que vários africanistas (europeus e africanos) se tornassem antropólogos profissionais.

(3) Cf. Tambiah, Stanley. *Edmund Leach: an anthropological life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Treinar especialistas que mais tarde dominariam a antropologia africana tinha um preço: o esclarecimento de administradores e de pessoal trabalhando para regimes imperiais³. (Embora esse uso pragmático tenha sido contestado como um objetivo não realizado, a experiência permanece.)

Valores

Fiquemos por aqui com os pecados que hoje levam (alguns) praticantes a definir uma crise na disciplina. Crise, porém, é uma idéia forte no mundo ocidental moderno, e para um antropólogo constitui um predicamento já esperado em períodos liminares (como a transição de um século para outro). Proponho agora redirecionar o olhar da situação contemporânea para o momento sociogenético que produziu a antropologia — esse momento geralmente aponta tanto contradições quanto realizações duradouras de um fenômeno social. A primeira metade do século XX representou tal momento para a antropologia⁴. Examinemos algumas de suas idéias centrais como valores da disciplina.

(4) É estranho que exatamente quando a disciplina alcança o auge do seu poder — tendo ultrapassado o período em que as culturas do mundo eram robustas e vigorosas e a antropologia fraca ou quase inexistente — e o momento seguinte, no qual a antropologia ganhou *momentum* (cadeiras, periódicos, campos de pesquisa, financiamentos) mas as culturas tradicionais enfraqueceram ou começaram a desaparecer — antropólogos cheios de culpa passem a denegrir suas próprias realizações em vogas pós-modernas (cf. Latour, Bruno, "Not the question", *Anthropology Newsletter*, vol. 37, nº 3, 1996, pp. 1 e 3).

i) Um aspecto importante do empreendimento antropológico no começo do século XX foi o reconhecimento não só da diversidade das culturas, sociedades e povos, como também da unidade psíquica da humanidade. Entre esses dois projetos polares antropólogos fizeram pesquisas de campo em áreas remotas, geralmente desconhecidas na época, nas quais precisavam aprender as línguas nativas e se tornar competentes nelas (a pesquisa de campo era um encontro que deveria durar pelo menos dois anos). Inicialmente concebidas como uma pesquisa sobre "como os primitivos viviam", as sucessivas experiências de campo terminaram por permitir que esses povos, na verdade, educassem e esclarecessem os antropólogos sobre suas categorias ou domínios da vida social, diferentes mas equivalentes às dos pesquisadores. Além disso, o contato com a diferença e a alteridade fez que os ocidentais compreendessem melhor, por comparação, suas próprias categorias ou domínios socioculturais. A comparação, portanto, esteve sempre no âmago do empreendimento antropológico, quer de forma implícita (Malinowski vai à Melanésia e, inevitavelmente, compara os trobriandeses aos britânicos), quer explícita (Radcliffe-Brown compara diversos sistemas de parentesco na África; Mauss junta o *kula* dos trobriandeses e o *potlatch* dos kwakiutls e adiciona elementos chineses, romanos e medievais para chegar a uma teoria da troca). Em suma, o confronto entre categorias ocidentais e um fenômeno diferente, mas (funcional ou ideologicamente) equivalente, teve um resultado único: mostrar que o Ocidente era apenas *mais um caso* na totalidade da experiência humana. Essa foi a época em que um certo relativismo prevaleceu.

ii) Como subproduto desse projeto, áreas de conhecimento (ocidentais) que à época estavam em processo de consolidação (economia, sociologia, direito, psicologia) foram transformadas — sob o guarda-chuva dessa

disciplina relativamente eclética, abrangente e ambiciosa — em um leque de subcampos, como “antropologia simbólica”, “antropologia econômica”, “antropologia psicológica”, “antropologia social”, “antropologia cultural”. (Apesar de o relativismo e os subcampos terem sido submetidos a forte crítica nas últimas décadas, sua simples existência em um determinado momento inevitavelmente é parte da nossa compreensão atual do mundo⁵.)

iii) Outra questão se relaciona ao Estado-nação. Enquanto os Estados-nação também eram transformados em um modelo exemplar da “cultura mundial dos tempos”, antropólogos estudavam “povos”, “culturas”, “sociedades”, “tribos” *situados* em Estados-nação, mas não Estados-nação propriamente. Há uma grande diferença entre estudar um grupo que acontece viver em determinado Estado nacional e o “país” em si. Originários de Estados nacionais — e a antropologia sendo um subproduto deles —, os antropólogos estavam interessados em diferentes unidades e meios: trobriandeses, tallensis, tivs, zandes, makus, bororos, xavantes etc.⁶.

iv) Essas unidades geralmente eram menores que Estados-nação — mas nem sempre (e assim voltamos a focalizar um dos pecados da antropologia). Justamente porque antropólogos com frequência atravessavam fronteiras nacionais (porque *seu* grupo assim o fazia) e/ou porque os resultados de outros pesquisadores coincidiam ou combinavam com os seus, a idéia de “áreas culturais” pegou na antropologia. Para o bem ou para o mal, a cosmologia dos antropólogos supunha um mundo constituído de “áreas” — e não de países ou Estados-nação. Assim, por exemplo, grupos eram reunidos em áreas ecológicas, como “índios das terras baixas da América do Sul” ou “índios da região amazônica” — e não “índios brasileiros” ou “índios colombianos”.

Virtudes

Chegamos assim aos tópicos sugeridos pela conferência e detectamos — virando os pecados pelo avesso — algumas virtudes em relação aos problemas enumerados para as ciências sociais contemporâneas.

i) *Por nacionalismo metodológico consideramos a maneira pela qual conceitos e medidas nas ciências sociais são constrangidos pelo Estado-nação e por tradições acadêmicas nacionais.*

Gostaria de lembrar mais uma vez que antropólogos estudavam grupos, sociedades, tribos — e *não* economias nacionais, dados estatísticos nacionais —, áreas culturais — e *não* economia internacional ou interações entre economias nacionais — e aspectos da condição humana, isto é, sistemas de parentesco, princípios da magia, atributos do comportamento ritual, procurando, ao mesmo tempo, as diferenças (culturais e sociais) e as dimensões universais.

ii) *Em um sentido mais profundo, o nacionalismo metodológico refere-se à maneira pela qual as ciências sociais ficaram presas às relações de poder*

(5) Convertido hoje em “antropologia da política”, “do direito”, “do parentesco” etc., esse esforço procura indicar que tais domínios não pertencem à disciplina, mas à esfera etnográfica.

(6) Assim, quando na primeira metade do século XX antropólogos eram oriundos sobretudo da Inglaterra, França e Estados Unidos, estudaram os trobriandeses (Malinowski, na Melanésia), arapeshs, manus, mundugamores (Margaret Mead, em Papua Nova Guiné), iamuls (Gregory Bateson, na Nova Guiné), kwakiutls (Boas, na Columbia Britânica e Vancouver). Nos anos 1920 continuaram sendo cativados pelas ilhas do Pacífico — tikopias (Raymond Firth, nas ilhas Salomão, Polinésia) —, mas um movimento em direção à África havia começado: zandes, nueres e dinkas (Evans-Pritchard, no Sudão), ashantis e tallensis (Meyer Fortes, em Gana e no Sudão), zulus (Max Gluckman, na África do Sul), nyakyusas (Monica Wilson, na África Central), ndembus (Victor Turner, na antiga Rodésia). Nos anos 1950 os antropólogos haviam incorporado a América do Sul como um de seus terrenos continentais: bororos e nambiquaras (Claude Lévi-Strauss, no Brasil Central), gês (David Maybury-Lewis e o grupo que constituiu o Harvard Central Brazil Project), mais tarde tucanos, harasanas e makus (Steve e Christine Hugh-Jones e Peter Silverwood-Cope, na Colômbia). Hoje, a antropologia sendo praticada em casa, os especialistas estudam temas contemporâneos (violência, saúde, política e eventos socialmente significativos) tanto entre grupos na escala social mais baixa quanto mais alta. Mais sobre o assunto a seguir.

e tradições confinadas em fronteiras nacionais e, em última instância, requerem diferentes abordagens metodológicas e instrumentais.

A antropologia escapou desses limites, não por conta de uma decisão nobre ou refletida, mas em decorrência de seus objetivos explícitos, da sua incorreção ao procurar grupos exóticos, assim como de valores positivos implícitos. Na verdade, exatamente porque os antropólogos estudavam "o resto do mundo" o objeto de estudo no mais das vezes se impunha sobre as "tradições". E, é preciso lembrar, mesmo "no mundo" (ou "no centro") empréstimos (nacionais) fizeram parte do desenvolvimento da antropologia — Radcliffe-Brown (na Inglaterra) inspirou-se em Durkheim (França), Evans-Pritchard (Inglaterra) em Mauss (França), Dumont (França) em Evans-Pritchard, Leach (Inglaterra) em Lévi-Strauss (França), Lévi-Strauss em Boas (Estados Unidos). Quando transplantadas do centro para a periferia, mesmo as tradições "centrais" imediatamente tornam-se híbridas, transformando a idéia de tradições puras em um caso difícil de defender.

iii) Não se trata apenas de como as ciências sociais elaboram conceitos e medidas, mas também dos limites entre elas. [...] O estudo do fenômeno conhecido como globalização tem chamado a atenção para limites convencionais e tradições distintas.

Se existe uma autonomia relativa entre os contextos sociais e a teoria social que neles se produz, condição semelhante pode ser alcançada por meio de diferentes "escolas" de pensamento⁷. Mas esse não é o problema aqui. A questão é que a antropologia *nunca* respeitou os limites entre as disciplinas — na verdade, o seu desenvolvimento se deve em grande parte a empréstimos, feitos sem muita cerimônia, às disciplinas convencionais. Antropólogos pediram emprestado, em uma espécie de ordem cronológica desde o último século, da biologia, da lingüística, da psicanálise, da teoria da informação, da economia e, mais recentemente, da filosofia a tal ponto que seu desenvolvimento pode ser relatado pelas disciplinas que incorporou — e que *modificou*, de acordo com o material empírico em questão.

iv) O objetivo deste workshop é discutir os desafios colocados pelo nacionalismo metodológico para a investigação de problemas contemporâneos.

Escolho um exemplo para indicar como orientações antropológicas canônicas podem nos ajudar a focalizar problemas contemporâneos. Refiro-me a *Leveling crowds*, livro de Stanley Tambiah sobre conflitos etnonacionalistas e violência coletiva no Sul da Ásia⁸. Para examinar esse problema candente Tambiah lança mão de uma abordagem performativa do ritual (que ele desenvolveu previamente ao reanalisar trabalhos etnográficos clássicos) e toma como objeto empírico os *riots*. No Sul Asiático os *riots* seguem um padrão estabelecido: apesar de sua aparência espontânea, caótica e orgiástica, revelam traços organizados, antecipados e programados, bem como etapas recorrentes. É possível distinguir um padrão de eventos provocadores, a seqüência da violência, a duração, os participantes, os lugares onde têm início, como se propagam e a maneira como terminam (rumores recebem especial atenção em virtude do papel que

(7) Cf. Elias, Norbert. "Sociology of knowledge". *Sociology*, vol. 5, nº 2/3, 1971, pp. 149-68, 355-70; Peirano, Mariza. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Harvard: dissertação de PhD, Harvard University, 1981, cap. 1; *Uma antropologia no plural*. Brasília: Ed. UnB, 1992, cap. 10.

(8) Tambiah, Stanley. *Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Não há dúvida de que *Political systems of Highland Burma*, livro de Edmund Leach de 1954, foi o estudo clássico nessa direção, contestando o conceito de "tribo" e negando que as fronteiras da sociedade e da cultura tivessem ser tratadas como coincidentes. Examinando a interação de kachias e shans na antiga Birmânia mediante experiência de campo e documentação histórica referente a um período de 150 anos, Leach detectou um equilíbrio oscilante entre dois modelos políticos (*gumsa*, mais hierárquico, e *gumlaw*, mais igualitário).

desempenham na construção, produção e propagação dos atos de violência).

Esses aspectos sintáticos dos *riots* não eliminam os significados pragmáticos dos eventos, que se baseiam em um repertório de elementos recolhidos das formas rotineiras de sociabilidade — tais como os calendários rituais de festividades, sanções sociais populares, ritos de purificação e exorcismo — que são imitados, invertidos e parodiados, de acordo com suas possibilidades dramáticas⁹. O foco na rotinização e ritualização da violência e em seu caráter coletivo permite que se clarifique por que brutalidades não deixam marcas psicológicas no agressor, mas também ressalta o fato de que no Sul Asiático democracia participativa, eleições, militância de massa e violência étnica não são conflitantes quando *em ação*.

Na Índia, Paquistão, Sri Lanka e Bangladesh a tentativa de construir um Estado-nação baseado no modelo europeu-ocidental claramente falhou. Nessa região as marcas da experiência do Estado-nação são pálidas quando contrastadas com a escala e a intensidade dos festivais religiosos e étnicos. Comparando o caso sul-asiático com a experiência européia, Tambiah conclui que o repertório cultural dessa região não possui os fundamentos para a vida cívica do Estado-nação. Teóricos da política do Sul Asiático devem portanto abrir espaço para incluir política militante eleitoral e violência coletiva como componentes de suas teorias de democracia em ação.

Em relação às questões desta conferência, podemos dizer o seguinte.

i) Ao escolher os *riots* como eventos centrais para investigar a violência coletiva no Sul Asiático, Tambiah evita os problemas do “nacionalismo metodológico”: se “nacionalismo” (ou melhor, nacionalidade) é um tema a ser considerado, essa é uma questão empírica que precisa ser enfrentada no encontro entre ideais e valores nativos, comparação antropológica e os valores do próprio antropólogo.

ii) O Sul Asiático é uma área sociocultural, isto é, o livro inclui narrativas de eventos ocorridos na Índia, Sri Lanka, Paquistão e Bangladesh durante os dois últimos séculos, focalizando os atores envolvidos: budistas, hindus, católicos, muçulmanos, tamils, sikhs, mahajirs etc.

iii) A comparação está sempre presente tanto no objeto de estudo quanto na visão do observador (no caso específico, Sri Lanka é o lugar de origem de Tambiah).

iv) Aqui a metodologia é uma questão de logística com o propósito de definir uma agência ou evento significativo que seja reconhecido como socialmente importante para os “nativos” e analiticamente produtivo para o antropólogo.

v) Por fim, Tambiah não impõe um conceito de política nem presuppõe como *ela deveria ser*. Na verdade, ele está indiretamente alertando os cientistas sociais para os perigos daquilo que neste *workshop* estamos chamando de “nacionalismo metodológico”.

(9) Além do mais, multidões que se envolvem em *riots* não são homogêneas e tampouco compostas de criminosos ou desempregados, como o senso comum indica, mas refletem parte do perfil socioeconômico de cidades como Bombaim, Delhi, Calcutá, Karachi e Colombo, constituindo-se por trabalhadores de fábricas, motoristas de ônibus, trabalhadores de estradas de ferro, comerciantes de bazares e de pequenos estabelecimentos e estudantes, assim como por políticos nacionais e municipais, agentes locais e a polícia.

Brasil

Mudemos do Sul da Ásia para o Brasil. À diferença da cosmologia civilizacional do Sul Asiático, o Brasil é orientado em um sentido mais nacional. Nacionalidade é o pão diário da vida social (embora não necessariamente o “nacionalismo”, o lado patológico desse fenômeno moderno). Uma mudança de valores públicos é portanto evidente quando se passa do Sul da Ásia para a América do Sul.

Ratificadas localmente durante os anos 1930 e 40 sobretudo como um movimento em direção à modernização, as ciências sociais no Brasil mantiveram um diálogo aberto com agendas políticas, reproduzindo os padrões europeus da sociologia nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, tópicos para investigação raramente foram descontextualizados e aspectos “interessados” do conhecimento muitas vezes se explicitaram. Esse traço marcante com frequência impediu que observadores percebessem a importância concedida à incessante procura de excelência teórica, fundamental nesse ambiente e *parte do amplo projeto de modernização*, que dá às ciências sociais no Brasil uma forte coloração cosmopolita. Na verdade, até os anos 1970 muitos estudantes brasileiros iam se formar no exterior e acadêmicos britânicos, franceses e norte-americanos vinham ensinar no Brasil. Hoje, sendo quase a maioria treinada no país, essa situação resulta em um padrão que inclui um diálogo triangular: com colegas antropólogos e sociólogos, com as tradições metropolitanas de conhecimento (passadas e presentes) e com os grupos pesquisados. Cientistas sociais brasileiros produzem *como se* fossem parte integrante da vanguarda internacional (idéia facilitada pelo grande número de especialistas), mesmo vivendo uma experiência concentrada, dado o isolamento da língua portuguesa.

No âmbito dessa comunidade fechada, contudo, um contraste marcante separa os antropólogos dos sociólogos e cientistas políticos: para aqueles, sociólogos e cientistas políticos são presas de projetos, práticas, planos e preocupações sociais imediatos — em uma palavra, presas do nacionalismo metodológico. Estes, por seu lado, vêem os antropólogos como especialistas *soft*, menos engajados social e politicamente, menos rigorosos em termos metodológicos, interessados em diferenças bizarras e sempre contentes com sua disciplina. “Crise” é uma palavra estranha para os antropólogos, mas uma expressão comum para sociólogos e cientistas políticos.

Mas mesmo antropólogos fazem parte de contextos sociais, e se o exotismo se tornou a marca registrada (ou o estigma) da disciplina, no Brasil reconhecemos a alteridade e a diferença — os híbridos locais do exotismo — surgindo em vários formatos: um tipo de “alteridade radical” no estudo de sociedades indígenas isoladas; um “contato com a alteridade” na investigação que focaliza sociedades indígenas e os grupos locais “nacionais” que as rodeiam; “alteridade próxima” no estudo de temas urbanos contemporâneos, e mesmo o do “nós como outros”, na investigação da natureza das

ciências sociais propriamente ditas. Naturalmente, os financiamentos têm muito a ver com essas escolhas, e os recursos sempre estiveram direcionados ao que se considera pertinente para a compreensão do "Brasil".

Contudo, uma tendência a se estudar fora do país teve início há mais ou menos duas décadas, com pesquisadores indo para a África, Sul da Ásia e o Pacífico, geralmente seguindo os caminhos da colonização portuguesa ou os passos de imigrantes brasileiros para os Estados Unidos, por exemplo¹⁰. Em todas essas situações a ênfase nas categorias nativas forçou os antropólogos a discernir entre ideologias nacionais como projeto, como um problema cívico para o cidadão comum ou como um modelo mundial — nesse sentido, criando condições para evitar o chamado "nacionalismo metodológico".

(10) Cf. Peirano, Mariza. "When anthropology is at home: the different contexts of a single discipline". *Annual Review of Anthropology*, nº 27, 1998, pp. 105-29.

A view from outside

Se se deixa a América do Sul, no entanto, uma versão camuflada do problema metodológico que nos preocupa é imediatamente detectada pela forma e insistência com que o "centro" olha para o Brasil como parte de uma "América Latina" homogênea, a percepção subjacente sendo — entre outras igualmente problemáticas — que se você conhece parte dela você a conhece toda, esquecendo, naturalmente, as diferenças nacionais, de língua e o tipo de relação ideológica e/ou empírica com os centros ocidentais. Talvez o rótulo "regionalismo metodológico" se aplique a essa situação. Esse é um pequeno exemplo que indica como o problema geral que examinamos nesta conferência é, talvez, mais complexo, profundo e difícil do que podemos pensar à primeira vista, demandando respostas criativas e uma postura política forte e conseqüente.

Recebido para publicação em 29 de abril de 2003.

Mariza Peirano é professora do Departamento de Antropologia da UnB e pesquisadora do CNPq e do Núcleo de Antropologia da Política.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 69, julho 2004
pp. 49-56
